Turismo e desenvolvimento local: articulações para a viabilização de um geoparque na Trilha Rupestre/MS. **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v XX, n.Y, ago-out 202X, pp. xxx-yyy.

TURISMO E DESENVOLVIMENTO LOCAL: ARTICULAÇÕES PARA A VIABILIZAÇÃO DE UM GEOPARQUE NA TRILHA RUPESTRE / MS

TOURISM AND LOCAL DEVELOPMENT: ARTICULATIONS FOR THE FEASIBILITY OF A GEOPARK ON THE ROCK TRAIL / MS

RESUMO: Os municípios das Regiões Turísticas Campo Grande dos Ipês e Cerrado & Pantanal, em Mato Grosso do Sul, concentram sítios arqueológicos, geossítios e paisagens naturais com potencial para a criação de um Geoparque segundo os critérios da UNESCO. Essas áreas integram o Programa Institucional Trilha Rupestre, da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), que articula ações voltadas à valorização do patrimônio cultural e natural, à educação patrimonial e ao turismo sustentável. A partir dessa justificativa, elaborou-se uma pesquisa com abordagem quali-quantitativa, fundamentada na análise de dados secundários provenientes de fontes oficiais (IBGE, RAIS, SNIS, Cadastur, entre outras) e no levantamento de informações sobre políticas públicas, planejamento turístico, infraestrutura e indicadores socioeconômicos em 16 municípios. As variáveis incluíram inserção no Mapa do Turismo Brasileiro, existência de planos municipais de turismo, Conselhos e Fundos Municipais, empreendimentos cadastrados no Cadastur, unidades de conservação e sítios reconhecidos pelo IPHAN. Os resultados revelam desigualdades institucionais e estruturais entre os municípios. A Região Cerrado & Pantanal apresenta maior densidade de geossítios, experiências de articulação intermunicipal e melhores condições para uma candidatura inicial a Geoparque. Os municípios da Região Campo Grande dos Ipês, por sua vez, apresentam inserções pontuais em políticas públicas de turismo, com destaque para Campo Grande, Rio Negro e Jaraguari — os únicos incluídos no Mapa do Turismo Brasileiro —, e concentram importantes sítios arqueológicos e formações naturais com potencial para uso turístico e ações de valorização patrimonial. A implementação de um Geoparque exige ações coordenadas entre universidades, poder público e comunidades locais, com destaque para a educação patrimonial como instrumento de pertencimento e preservação ativa. Com base nos dados analisados, concluiu-se que a viabilidade inicial de implantação é mais evidente na Região Cerrado & Pantanal, que reúne condições técnicas e institucionais mais favoráveis.

PALAVRAS CHAVE: Geoparques; Patrimônio Arqueológico; Geosítios; Trilha Rupestre; Turismo Sustentável.

ABSTRACT: The municipalities of the Campo Grande dos Ipês and Cerrado & Pantanal Tourist Regions, located in the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, concentrate archaeological sites, geosites, and natural landscapes with potential for the establishment of a UNESCO Global Geopark. These areas are part of the *Trilha Rupestre* Institutional Programme, coordinated by the Federal University of Mato Grosso do Sul (UFMS), which promotes actions aimed at the valorisation of cultural and natural heritage, heritage education, and sustainable tourism. Based on this rationale, a mixed-methods study was conducted, grounded in the analysis of secondary data from official sources (IBGE, RAIS, SNIS, Cadastur, among others) and the collection of information on public policies, tourism planning, infrastructure, and socio-economic indicators across 16 municipalities. The variables considered included inclusion in the Brazilian Tourism Map, the existence of municipal tourism plans, Tourism Councils and Funds, number of enterprises registered with Cadastur, conservation units, and sites recognised by IPHAN. The results reveal institutional and structural disparities among the municipalities. The Cerrado & Pantanal Region presents a higher concentration of geosites, experience with intermunicipal cooperation, and more favourable conditions for an initial Geopark application. The municipalities in the Campo Grande dos Ipês Region, in turn, show partial engagement with tourism public policies. Notably, Campo Grande, Rio Negro, and Jaraguari are the only municipalities included in the Brazilian Tourism Map, and the region concentrates important archaeological sites and natural formations with potential for tourism development and heritage-based initiatives. The implementation of a Geopark in this context requires coordinated efforts between universities, public authorities, and local communities, with heritage education playing a key role in fostering belonging and active preservation. Based on the data analysed, it was concluded that the initial feasibility for Geopark implementation is more evident in the Cerrado & Pantanal Region, which demonstrates more favourable technical and institutional conditions.

KEYWORDS: Geoparks; Archaeological Heritage; Geosites; Trilha Rupestre; Sustainable Tourism.

Introdução

Na interface entre turismo e territorialidade, o desenvolvimento local emerge como um processo multidimensional que engloba a preservação patrimonial, a sustentabilidade e a reafirmação das identidades culturais. No contexto de Mato Grosso do Sul, a Trilha Rupestre – programa institucional de extensão que abrange municípios com expressivo patrimônio arqueológico, biodiversidade e potencial para o turismo de natureza – destaca-se como uma iniciativa estratégica para o desenvolvimento regional. Sua atuação está alicerçada na articulação entre economia criativa e bioeconomia, com ênfase no segmento do turismo arqueológico, geoturismo, ecoturismo e turismo de aventura.

No âmbito turístico local, embora destinos como Bonito e o Pantanal tenham alcançado reconhecimento internacional — como é o caso de Bonito, certificado como o primeiro destino de ecoturismo carbono neutro do mundo pela Green Initiative, com chancela da Organização das Nações Unidas (ONU) —, outras localidades do estado ainda carecem de maior estruturação e visibilidade (Castilho et al., 2021; Camy et al., 2023; Santos et al., 2024). Regiões turísticas como Campo Grande dos Ipês e Cerrado & Pantanal, por exemplo, ainda enfrentam desafios para se inserir de forma competitiva no mercado turístico nacional e internacional, apesar de possuírem produtos turísticos diversificados e também um expressivo patrimônio arqueológico e grande geodiversidade. Essas áreas abrigam mais de 80 sítios arqueológicos registrados, com destaque para os municípios de Alcinópolis, Rio Verde, Rio Negro, Costa Rica e Pedro Gomes (Aguiar, 2014). Esse cenário reforça a importância do programa institucional Trilha Rupestre como campo empírico para a proposição de um futuro Geoparque, com foco no desenvolvimento turístico sustentável.

Diante disso, o presente estudo busca responder ao seguinte problema de pesquisa: apesar do potencial turístico e arqueológico dos municípios envolvidos, observa-se a ausência de políticas integradas de valorização patrimonial e estruturação turística. Como articular planejamento regional, desenvolvimento local e conservação do patrimônio arqueológico a partir da proposta de um Geoparque? Este estudo tem como objetivo analisar as potencialidades e os desafios para a viabilização de um Geoparque na Trilha Rupestre/MS, envolvendo municípios das regiões turísticas Cerrado & Pantanal e Campo Grande dos Ipês. Especificamente, busca-se: (a) diagnosticar os ativos patrimoniais e turísticos da região; (b) identificar entraves institucionais e estruturais; (c) propor diretrizes iniciais de gestão e valorização territorial com base no modelo de Geoparques da UNESCO.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como essas práticas turísticas podem ser estruturadas de forma integrada, colaborativa e territorialmente consciente, contribuindo para o fortalecimento da identidade regional e a valorização das potencialidades locais. Além disso, a proposta de implantação de um Geoparque representa uma oportunidade para articular conservação ambiental, valorização cultural e dinamização econômica, com foco na inclusão social e na governança local. Os municípios da Trilha Rupestre, apesar de seu elevado patrimônio arqueológico e natural, permanecem à margem das principais rotas turísticas do Brasil, o que reforça a urgência de estratégias de desenvolvimento territorial sustentável.

Parte-se do pressuposto de que a criação de um Geoparque, alicerçada na articulação entre o turismo de base territorial e a valorização do patrimônio, constitui uma estratégia viável para a promoção do desenvolvimento sustentável regional. Essa abordagem requer a construção coletiva de soluções, o fortalecimento da governança local e o alinhamento às diretrizes da UNESCO para Geoparques Mundiais. A análise considerará não apenas as potencialidades turísticas, mas também os impactos multidimensionais do turismo sustentável, abrangendo aspectos econômicos, sociais e ambientais.

A estrutura do artigo está organizada em cinco seções, além desta introdução. A segunda seção apresenta o referencial teórico, com ênfase nos conceitos de território, patrimonialização, desenvolvimento local e Geoparques. Em seguida, na terceira seção, são descritos os procedimentos metodológicos adotados, incluindo a delimitação da área de estudo, os critérios de seleção dos municípios e a construção dos indicadores analíticos. A quarta seção é dedicada à apresentação e discussão dos resultados, com base nos dados empíricos coletados e na construção dos perfis municipais. Por fim, a quinta seção apresenta as considerações finais e as recomendações para a consolidação de estratégias de valorização patrimonial e planejamento turístico sustentável nos territórios estudados.

REFERENCIAL TEÓRICO

1. Lócus da Pesquisa

A pesquisa foi desenvolvida em municípios das Regiões Turísticas Campo Grande dos Ipês e Cerrado & Pantanal, ambas localizadas no estado de Mato Grosso do Sul, e integrantes do Programa Institucional Trilha Rupestre da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). O programa visa à valorização, proteção e uso sustentável do patrimônio arqueológico e natural por meio de ações de ensino, pesquisa e extensão. Os territórios selecionados reúnem importantes geossítios, sítios arqueológicos e elementos da paisagem natural que podem compor, no futuro, a base de um geoparque reconhecido nacional e internacionalmente.
Segundo Raffestin (1993), o território é produto de relações sociais mediadas pelo poder e pela cultura. Nesse sentido, o espaço em questão não deve ser compreendido apenas como recorte geográfico, mas como expressão das interações humanas e de suas potencialidades simbólicas e materiais (Haesbaert, 2004). A construção de identidades territoriais e o planejamento participativo são fundamentais para projetos de valorização patrimonial com enfoque no turismo sustentável.

Municípios da Região Turística Campo Grande dos Ipês

Localizada na porção centro-sul do estado de Mato Grosso do Sul, a Região Turística Campo Grande dos Ipês é composta por seis municípios. A região é cortada pelas rodovias federais BR-163, BR-262 e BR-060, que conectam os municípios a polos logísticos, turísticos e comerciais, incluindo a capital do estado.

Essa região, inserida no bioma Cerrado, apresenta formações rochosas e relevo com grande diversidade de paisagens, com presença de morrarias, vales, áreas de nascentes e cursos d'água. Em alguns municípios há ocorrência de registros rupestres e áreas

com potencial para estruturação de atividades turísticas de base local. As áreas urbanas concentram serviços públicos e infraestrutura básica, enquanto a zona rural é marcada pela produção agropecuária, agricultura familiar e propriedades de uso misto.

Historicamente, a região é marcada pelo processo de ocupação territorial ligado à expansão agrícola. Em municípios próximos à capital, a instalação da ferrovia Noroeste do Brasil também exerceu influência sobre a dinâmica territorial, especialmente na direção do Pantanal. Dos seis municípios integrantes da Trilha Rupestre, apenas Campo Grande, Jaraguari e Rio Negro integram o Mapa do Turismo Brasileiro (2024), segundo o Ministério do Turismo, o que aponta para diferentes estágios de desenvolvimento da atividade turística nos territórios. Neste sentido, são objetos de estudo as cidades de Campo Grande (capital), Jaraguari, Rochedo, Corguinho, Bandeirantes e Rio Negro.

Municípios da Região Turística Cerrado & Pantanal

A Região Turística Cerrado & Pantanal está situada na porção norte e nordeste de Mato Grosso do Sul, sendo composta atualmente por cinco municípios. É cortada pelas rodovias BR-163, BR-359 e BR-060, e se insere em áreas de transição entre os biomas Cerrado e Pantanal, com ocorrências de áreas de relevo acidentado, planícies alagáveis e exposições rochosas que marcam a quebra de relevo entre o planalto e a planície pantaneira.

Os municípios da região possuem registros arqueológicos, com sítios que possuem pinturas rupestres e formações rochosas diversificadas, incluindo sítios paleontológicos e relevante rede hídrica com cachoeiras e corredeiras. A economia da região está ligada à produção agropecuária em larga escala, com destaque para grãos e bovinocultura, além de atividades industriais. A diversidade ambiental e cultural, bem como a presença de comunidades rurais e tradicionais, configuram um cenário em que o turismo pode ser articulado com ações de valorização territorial. Além dos municípios de Alcinópolis, Costa Rica, Coxim, Paraíso das Águas e Pedro Gomes que fazem parte do mapa turístico brasileiro, fazem parte do estudo as cidades de Figueirão, Sonora, Rio Verde de Mato Grosso e São Gabriel do Oeste que são participantes da Trilha Rupestre.

Desenvolvimento Local, Geoparques e Patrimônio

As duas regiões turísticas abrangidas pelo programa institucional Trilha Rupestre em Mato Grosso do Sul constituem um território de notável relevância arqueológica, geológica e ambiental, reunindo mais de 80 sítios registrados (Aguiar, 2014) distribuídos entre os biomas do Cerrado e a porção setentrional do Pantanal. Essa singular convergência entre patrimônio cultural, geodiversidade e biodiversidade estabelece as premissas para a implantação de um Geoparque, em conformidade com as diretrizes da UNESCO (2015), que articulam conservação, educação e desenvolvimento sustentável em um modelo integrado.

Essas condições geográficas e socioculturais apontam para a necessidade de uma abordagem integrada e participativa no planejamento do turismo. Como observa Buarque (2002), o desenvolvimento local sustentável requer articulação entre políticas

públicas, conhecimento técnico e protagonismo comunitário. Nesse panorama, a criação de um Geoparque na Trilha Rupestre aparece como proposta estratégica de gestão territorial com base em ciência, cultura, memória e paisagem.

A criação de um Geoparque Global da UNESCO exige o cumprimento de critérios técnicos, científicos e sociais, cuja finalidade é promover o desenvolvimento sustentável aliado à valorização do patrimônio geológico. De acordo com a definição oficial, um Geoparque Global é "uma área geográfica única e unificada onde sítios e paisagens de importância geológica internacional são geridos com uma abordagem holística de proteção, educação e desenvolvimento sustentável" (UNESCO, 2021, p. 5).

Para que um território seja reconhecido como Geoparque Global, é necessário que apresente relevância geológica internacional. Segundo a UNESCO (2021), os sítios geológicos devem ser reconhecidos por especialistas, com base em pesquisas publicadas e respaldo científico. Além disso, o geoparque precisa apresentar uma gestão participativa, envolvendo comunidades locais, instituições acadêmicas e órgãos públicos, com um plano que contemple conservação, educação e geração de renda. Conforme os critérios descritos nas Diretrizes Operacionais da UNESCO:

> "A gestão de um geoparque deve ser feita de forma integrada, com envolvimento efetivo das comunidades locais, promovendo a governança participativa e a articulação entre os saberes científicos e os saberes tradicionais" (UNESCO, 2021, p. 12).

Entre os critérios, destaca-se também a educação ambiental e científica, com ações voltadas para escolas, universidades e visitantes. A ideia é que o geoparque sirva como espaço de aprendizado contínuo sobre geociências, riscos naturais, mudanças climáticas e sustentabilidade (UNESCO, 2023). Nesse sentido, Darvill (2010, p. 147) afirma que "os geoparques devem ser lugares de interpretação dinâmica do patrimônio natural e cultural, onde o conhecimento é compartilhado em benefício da sociedade".

Outro ponto fundamental é a promoção do desenvolvimento socioeconômico sustentável, especialmente por meio do geoturismo e da valorização de produtos locais. Para Croxford (2019), geoparques que integram turismo, ciência e cultura podem "servir como motores para o empreendedorismo de base comunitária, respeitando os limites ecológicos e os valores locais" (p. 92).

A UNESCO também exige que a área proposta possua um programa de proteção e monitoramento dos sítios e que haja visibilidade institucional, com identidade própria, infraestrutura interpretativa e cooperação com outros geoparques da Rede Global. Além disso, é necessário que o território seja contínuo e habitado, pois a vivência comunitária é essencial para o conceito de geoparque.

O processo de candidatura é conduzido por meio da elaboração de um dossiê técnico, seguido de uma avaliação *in loco* feita por especialistas indicados pela UNESCO. A aprovação do território como Geoparque Global tem validade de quatro anos, período após o qual é realizada nova avaliação.

Portanto, os geoparques da UNESCO representam uma oportunidade de

desenvolvimento territorial sustentável, integrando conservação, valorização cultural e inclusão social. Contudo, seu êxito depende da capacidade de articulação entre ciência, educação, turismo e gestão socialmente responsável dos recursos.

Nesse contexto, a iniciativa coordenada pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) "Trilha Rupestre" – mediante parcerias interinstitucionais com entidades públicas e privadas – objetiva transcender a mera preservação dos vestígios arqueológicos, convertendo-os em catalisadores de desenvolvimento territorial. Para tanto, propõe-se a sinergia entre economia criativa (Howkins, 2001), que potencializa ativos culturais como vetores de inovação e renda, e bioeconomia (OECD, 2009), fundamentada no manejo sustentável de recursos naturais, articuladas às diversas modalidades turísticas: arqueológico, geoturístico, cultural, ecoturístico e de aventura.

O desenvolvimento local, entendido como um processo endógeno e multidimensional (Sachs, 2008), apresenta-se como um paradigma adequado para orientar essa iniciativa. Conforme Bellingieri (2017), o desenvolvimento local transcende delimitações geográficas, constituindo-se em um território socialmente construído, marcado por vínculos culturais e institucionais compartilhados. Nessa perspectiva, a proposta de buscar a viabilização de implantação de um Geoparque pode se beneficiar de experiências nacionais e internacionais que demonstram o potencial do turismo baseado em patrimônio para reconfigurar economias locais.
O Parque Nacional Serra da Capivara (Guidon, 2007) é um exemplo emblemático no Brasil, onde a musealização de sítios arqueológicos gerou impactos socioeconômicos positivos, criando empregos e fixando populações no território. Da mesma forma, casos como Rosia Montana, na Romênia (Chivu, 2013), e Tróia, em Portugal (Oliveira, 2021), ilustram como áreas com significativo valor arqueológico podem se transformar em pólos turísticos sustentáveis, substituindo atividades extrativistas por modelos baseados na conservação e na valorização cultural.

No contexto brasileiro, os Geoparques reconhecidos pela UNESCO configuram-se como importantes referências para pensar o desenvolvimento local sustentável, articulando geoconservação, educação e turismo. O Geoparque Araripe, no Ceará, foi o primeiro das Américas a receber o título, em 2006, sendo um centro de excelência em pesquisa paleontológica e educação ambiental, com destaque para seus fósseis do período Cretáceo (Moura-fé, 2016). O Geoparque Seridó (Rio Grande do Norte), reconhecido em 2022, integra comunidades locais em práticas de turismo sustentável, ao mesmo tempo em que preserva registros geológicos de antigos oceanos e minerais raros, como o tungstênio (Nascimento et al., 2015).

Também em 2022, o Brasil ampliou sua presença na Rede Global de Geoparques com o reconhecimento dos Geoparques Caminhos dos Cânions do Sul (RS/SC), Quarta Colônia (RS) e Caçapava do Sul (RS). O primeiro destaca-se pelas paisagens dos cânions Itaimbezinho e Fortaleza, com forte apelo para o ecoturismo e geoturismo (Marques et al., 2023). Já o Geoparque Quarta Colônia associa a geodiversidade a elementos da imigração italiana, promovendo experiências de turismo de base comunitária e agricultura sustentável (Bisognin, 2024). Em Caçapava do Sul, o patrimônio geológico e a mineração histórica são integrados a estratégias de conservação e educação (Brum et al., 2023), embora a região tenha sido recentemente

impactada por eventos climáticos extremos, como as enchentes de 2025, que exigem revisão de seus planos de resiliência territorial.

Mais recentemente, o Geoparque Terra dos Gigantes, sediado em Uberaba (MG), foi reconhecido em 2024. Composto por seis geossítios, o território abriga fósseis de dinossauros como o *Uberabatitan ribeiroi*, maior já registrado no Brasil, e articula museus paleontológicos, como o Museu dos Dinossauros de Peirópolis, com iniciativas de educação patrimonial e inclusão social (Pereira, 2022).

A análise desses geoparques brasileiros evidencia como a combinação entre patrimônio natural e cultural, governança participativa e práticas sustentáveis podem fortalecer circuitos econômicos locais, inspirando novos projetos voltados ao turismo com base territorial, como o que se propõe para os municípios da Trilha Rupestre em Mato Grosso do Sul.

A patrimonialização, nesse contexto, não deve ser reduzida a uma simples estratégia de conservação material, mas sim entendida como um processo complexo que articula cultura, identidade e economia (Morin, 1990). A Carta de Veneza (Icomos, 1964) reforça essa visão ao afirmar que o uso turístico do patrimônio é viável, desde que respeitados critérios de integridade e autenticidade.

Essa premissa é particularmente relevante para a Trilha Rupestre, onde a gestão participativa e o envolvimento das comunidades locais são essenciais para garantir que o turismo não apenas preserve, mas também valorize o patrimônio arqueológico. Braga (2002) argumenta que o desenvolvimento local deve ocorrer "de baixo para cima", ou seja, conduzido por atores que detêm conhecimento profundo sobre seu território e suas potencialidades. Essa abordagem é fundamental para a sustentabilidade de um futuro Geoparque, pois assegura que as estratégias de turismo sejam culturalmente apropriadas e socialmente inclusivas.

A educação patrimonial, nesse cenário, constitui uma dimensão estratégica para a consolidação do Geoparque, ao promover o reconhecimento crítico do patrimônio cultural e natural por parte das comunidades locais. Segundo Fonseca (2005), a educação patrimonial é uma ferramenta essencial de mediação entre o bem cultural e a sociedade, favorecendo processos de valorização, apropriação simbólica e engajamento social. Para Chagas (2007), trata-se de um instrumento de formação cidadã, que deve ser integrado às práticas educativas formais e não formais, visando à construção de identidades e à preservação da memória coletiva. A experiência do Geoparque Araripe, por exemplo, tem demonstrado a importância de programas educativos voltados para escolas e grupos comunitários, nos quais a articulação entre ciência e cultura fortalece a gestão compartilhada do território (Nogueira et al., 2019). Nesse sentido, a Trilha Rupestre pode desenvolver ações educativas que aproximem os conhecimentos geológicos, arqueológicos e históricos das populações residentes, estimulando o sentimento de pertencimento e contribuindo para a sustentabilidade das iniciativas turísticas e de conservação.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante do potencial turístico dos municípios integrantes da Trilha Rupestre, e considerando a perspectiva do desenvolvimento local, esta pesquisa caracteriza-se como aplicada, bibliográfica, exploratória e de abordagem quali-quantitativa. A pesquisa aplicada visa gerar conhecimento voltado à solução de problemas concretos, conforme destacam Prodanov e Freitas (2013, p. 56): "A pesquisa aplicada é aquela que objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática dirigidos à solução de problemas específicos."

A investigação teve início com uma pesquisa bibliográfica, com o intuito de fundamentar conceitualmente o objeto de estudo. Segundo Gil (1994), esse tipo de pesquisa permite acessar um conjunto amplo de informações dispersas em publicações diversas, contribuindo para a construção e delimitação teórica do tema.

Adicionalmente, adotou-se uma abordagem descritiva e de natureza quali-quantitativa, a fim de permitir uma compreensão mais completa da realidade investigada. A opção pelos métodos mistos justifica-se pela possibilidade de integrar dados objetivos com análises interpretativas, fortalecendo a robustez da análise. Como ressaltam Creswell e Clark (2013, p. 3):

> "A abordagem de métodos mistos envolve a coleta, análise e integração de dados quantitativos e qualitativos em um único estudo ou em estudos relacionados. A premissa central dessa abordagem é que o uso combinado dos dois tipos de dados proporciona uma compreensão mais completa dos problemas de pesquisa do que a utilização de apenas um dos tipos."

Dessa forma, o delineamento metodológico adotado nesta pesquisa busca não apenas compreender o cenário turístico atual das localidades envolvidas na Trilha Rupestre, mas também oferecer subsídios concretos que contribuam com a promoção do desenvolvimento local por meio de práticas turísticas sustentáveis e bem fundamentadas. A pesquisa parte de uma busca exclusiva de dados secundários oficiais, com o objetivo de avaliar o potencial turístico e a viabilidade de um Geoparque nos municípios integrantes da Trilha Rupestre, em Mato Grosso do Sul. A pesquisa foi estruturada em três etapas principais: seleção dos municípios, coleta e sistematização de dados, e análise comparativa.

Seleção dos Municípios

A delimitação da área de estudo baseou-se em critérios objetivos com o intuito de assegurar a representatividade da amostra e a relevância dos dados coletados. Foram incluídos os municípios integrantes do programa Trilha Rupestre, coordenado pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), os quais possuem geossítios e sítios arqueológicos previamente identificados em pesquisas acadêmicas e científicas. No entanto, destaca-se que muitos desses locais ainda não estão oficialmente catalogados ou reconhecidos por órgãos institucionais competentes, como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) ou o Serviço Geológico do Brasil (CPRM). Essa lacuna entre a produção científica e o reconhecimento institucional configura um dos desafios para a consolidação desses territórios como espaços turísticos e de preservação patrimonial. Além disso, a seleção levou em conta a presença de unidades de conservação federais, estaduais ou municipais, conforme dados do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e do

Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul (Imasul). A inclusão no Mapa do Turismo Brasileiro, divulgado pelo Ministério do Turismo, também foi um critério determinante, pois indicava reconhecimento oficial do potencial turístico das localidades.

Coleta e Sistematização de Dados

Os dados foram coletados de fontes públicas e organizados em três eixos analíticos: diagnóstico turístico, condições socioeconômicas e infraestrutura, e atratividade e conectividade. No primeiro eixo, levantaram-se informações sobre a existência de planos municipais de turismo, número de atrativos cadastrados, empreendimentos registrados no Cadastur e a presença de unidades de conservação. Esses dados foram obtidos por meio de consulta aos portais das prefeituras, Secretaria de Estado de Turismo (SETUR-MS) e Ministério do Turismo.

O segundo eixo concentrou-se em indicadores socioeconômicos e de infraestrutura, como Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), PIB per capita, taxa de urbanização e saneamento básico, todos disponíveis no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e no Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS). A infraestrutura viária foi analisada com base em dados do Departamento Estadual de Rodovias (DER-MS) e do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT).

O terceiro eixo avaliou a atratividade e a conectividade dos municípios, considerando o número de leitos de hospedagem, a existência de Centros de Atendimento ao Turista (CAT) e a distância até o aeroporto mais próximo. Essas informações foram extraídas do Cadastur, dos sites das prefeituras e de levantamentos da Infraero. A presença em roteiros turísticos oficiais foi verificada nos materiais de divulgação da SETUR-MS e do Ministério do Turismo.

Análise Comparativa

Para a análise dos dados, construiu-se uma matriz comparativa que permitiu avaliar cada município com base nos indicadores selecionados. A fim de facilitar a interpretação, os resultados foram sintetizados em um índice de potencial turístico, no qual cada indicador recebeu um peso proporcional à sua relevância para a proposta de Geoparque. Por exemplo, a presença de sítios arqueológicos e unidades de conservação teve peso maior do que indicadores de infraestrutura, uma vez que eram elementos centrais para a criação de um Geoparque.

A análise identificou tanto as potencialidades quanto os gargalos de cada localidade. Municípios com alto número de atrativos naturais e culturais, mas com deficiências em infraestrutura ou gestão turística, foram classificados como de "alto potencial, mas com desafios críticos". Por outro lado, aqueles com boa infraestrutura, mas poucos atrativos relevantes, foram categorizados como "potencial limitado". Essa abordagem permitiu traçar um panorama realista das condições atuais e propor recomendações específicas para cada contexto.

ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Os primeiros municípios contemplados pelo diagnóstico turístico local foram aqueles integrantes da Região Turística Campo Grande dos Ipês, a saber: Campo Grande, Corguinho, Bandeirantes, Jaraguari, Rio Negro e Rochedo. Nesta etapa inicial da análise, buscou-se verificar a inserção desses municípios no Mapa do Turismo Brasileiro; a existência de Plano Municipal de Turismo ou de outras iniciativas formais relacionadas à atividade turística; a presença de inventário turístico cadastrado; o número de empreendimentos registrados no Cadastur; e o quantitativo de unidades de conservação (federais, estaduais, municipais ou privadas do tipo RPPN). Além disso, foram considerados o número de sítios arqueológicos identificados em cada território e a vinculação dos municípios a alguma Instância de Governança Regional (IGR). Tais variáveis são fundamentais para compreender o estágio das políticas públicas voltadas à promoção do turismo em escala local. A partir dessas dimensões, elaborou-se o Quadro 1.

Quadro 1 - Diagnóstico Turístico (Região Turística Campo Grande dos Ipês)

Município	Inclusão no Mapa do Turismo (Sim/Não)	Plano Municipal de Turismo (Sim/Não)	Inventário Turístico Cadastrados	Nº de Empreendimentos no Cadastur	Unidades de Conservação (Quant)	Sítios Arqueológicos (Quant)	Instância de Governança (Sim/Não)
Campo Grande	Sim Município Turístico	Sim	15	548	6	18	Sim
Corguinho	Não	Não	2	2	4	2	Sim
Bandeirantes	Não	Não	0	1	1	1	Sim
Jaraguari	Sim - Município com oferta turística complementar	Sim	2	13	0	1	Sim
Rio Negro	Sim - Município com oferta turística complementar	Não	6	2	0	4	Sim
Rochedo	Não	Não	4	0	0	1	Sim

Elaboração: Os autores (2025)

Com base no Quadro 1, observa-se que, dentre os municípios participantes da Trilha Rupestre – Campo Grande, Rochedo, Bandeirantes, Rio Negro, Jaraguari e Corguinho – apenas três estão inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro: Campo Grande, Jaraguari e Rio Negro. Desses, apenas um é categorizado como município com desempenho turístico consolidado, enquanto dois figuram como municípios com oferta turística complementar, conforme a categorização estabelecida pelo Ministério do Turismo (2023) e os restantes não fazem parte de nenhuma categoria. Tais municípios integram a Instância de Governança Regional (IGR) Campo Grande dos Ipês, cuja coordenação tem focado nas estratégias regionais de promoção turística e também no planejamento turístico local.

Importa destacar que todos os municípios mencionados apresentam, em seus territórios, a presença de sítios arqueológicos, geossítios ou potenciais para o desenvolvimento de atividades relacionadas ao patrimônio natural e cultural, seja por meio de registros rupestres, formações geológicas singulares ou paisagens de valor histórico-ambiental. Alguns desses sítios arqueológicos já são objeto de registro e monitoramento por parte do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), enquanto outros permanecem sem inventário ou reconhecimento oficial, o que amplia o desafio de preservação e valorização desse patrimônio.
Entretanto, um dos principais entraves à consolidação do turismo regional reside na ausência de diagnóstico técnico aprofundado, mapeamento territorial sistemático e proteção legal efetiva desses bens. Soma-se a isso a carência de políticas públicas estruturadas voltadas ao setor turístico, a inexistência de inventários turísticos atualizados, o baixo número de empreendimentos formalmente cadastrados no Cadastur, bem como a ausência ou inatividade de Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR), instâncias fundamentais para a governança participativa.

A não instituição de Fundos Municipais de Turismo e a ausência de planos estratégicos locais limitam fortemente a captação de recursos e o planejamento integrado das ações, prejudicando a formação de uma base sólida para o desenvolvimento sustentável da atividade turística. Essa lacuna compromete não apenas a proteção de sítios arqueológicos e geossítios, mas também inviabiliza iniciativas de turismo de base territorial, sobretudo em municípios com reduzida capacidade técnica e institucional.

Nesse cenário, o fortalecimento da governança turística regional, aliado à criação de unidades de conservação e à implementação de instrumentos legais e técnicos de gestão do território, torna-se fundamental. Essas medidas são imprescindíveis para garantir a valorização do patrimônio histórico-cultural e geológico, além de fomentar modalidades como o turismo arqueológico, o geoturismo, o ecoturismo e o turismo de aventura, aproveitando-se de forma articulada e sustentável os recursos naturais e culturais disponíveis.

Entre os municípios analisados, destaca-se Campo Grande, capital estadual, que atua como principal centro emissor de visitantes e dinamizador da demanda turística na região. Todavia, é imperativo que os municípios do entorno desenvolvam autonomia e infraestrutura própria, a fim de reduzir a dependência da capital e fomentar uma rede turística regional descentralizada, resiliente e equitativa. O investimento em políticas públicas integradas, na qualificação técnica de gestores locais e na valorização dos ativos socioculturais é elemento-chave para a consolidação de um turismo de base territorial sustentável.

Na Região Turística Cerrado & Pantanal, o cenário local apresenta características distintas, especialmente no que se refere à ausência de um município que exerça papel de liderança na tomada de decisões e na articulação regional das políticas públicas de turismo. Observa-se que nenhum dos municípios da região configura-se como polo estruturador ou articulador capaz de oferecer suporte técnico e institucional aos demais, embora todos mantenham algum nível de vinculação com a capital, Campo Grande. Conforme demonstrado no Quadro 2, o diagnóstico turístico da região revela determinadas particularidades, conforme se detalha a seguir:

Quadro 2 - Diagnóstico Turístico (Região Turística Cerrado & Pantanal)

Município	Inclusão no Mapa do Turismo (Sim/Não)	Plano Municipal de Turismo (Sim/Não)	Inventário Turístico Cadastrados	Nº de Empreendimentos no Cadastur	Unidades de Conservação (Quant)	Sítios Arqueológicos (Quant)	Instância de Governança (Sim/Não)
Alcinópolis	Sim Município Turístico com Oferta Complementar	Não	5	1	4	40	Sim
Chapadão do Sul	Não	Não	6	22	1	1	Não
Costa Rica	Não	Sim	10	11	5	1	Sim
Coxim	Sim Município Turístico	Sim	13	8	2	1	Sim
Figueirão	Não	Não	1	0	0	1	Sim
Paraíso das Águas	Sim Município Turístico com Oferta Complementar	Não	7	3	2	1	Sim
Pedro Gomes	Sim Município Turístico com Oferta Complementar	Não	16	5	2	1	Sim
São Gabriel do Oeste	Não	Não	9	10	1	1	Sim
Sonora	Não	Não	12	5	0	1	Sim
Rio Verde de Mato Grosso	Não	Não	10	8	2	2	Sim

Elaboração: Os Autores (2025).

Dos dez municípios que compõem a Trilha Rupestre e, consequentemente, integram a Região Turística Cerrado & Pantanal, apenas um – Coxim – é categorizado como município turístico no Mapa do Turismo Brasileiro. Outros três – Alcinópolis, Paraíso das Águas e Pedro Gomes – são classificados como municípios com oferta turística complementar. No entanto, verifica-se que municípios como Rio Verde de Mato Grosso, São Gabriel do Oeste, Costa Rica e Chapadão do Sul apresentam potencial para inclusão no Mapa do Turismo, mas ainda enfrentam desafios relacionados à organização e atualização de dados, à formulação de políticas públicas e à estruturação da gestão do turismo. A ausência desses elementos tem comprometido sua efetiva inserção no mapeamento nacional promovido pelo Ministério do Turismo.

Destaca-se, entre os principais entraves, a ausência de instrumentos fundamentais para o planejamento e fortalecimento da atividade turística, tais como o Plano Municipal de Turismo, os Conselhos Municipais de Turismo (COMTUR), os Fundos Municipais de Turismo, bem como o baixo índice de cadastros de empreendimentos turísticos no sistema Cadastur. A inexistência desses mecanismos compromete o alicerce institucional necessário ao desenvolvimento local por meio do turismo, limitando tanto

a captação de fluxos quanto a elaboração de projetos voltados à valorização dos ativos turísticos e à consolidação de políticas públicas estruturadas.

No que se refere às unidades de conservação, a região apresenta indicadores relevantes, com destaque para a integração entre áreas protegidas, como o Parque Nacional das Emas – situado na divisa com Goiás – e o Parque Estadual das Nascentes do Rio Taquari, que por sua vez conecta-se com unidades de conservação municipais situadas em Alcinópolis e nos municípios circunvizinhos, compondo um corredor ecológico em direção ao bioma Pantanal.

O município de Alcinópolis se sobressai em função da arrecadação oriunda do ICMS Ecológico, resultado da existência e gestão eficaz de suas unidades de conservação. Todavia, municípios como Costa Rica, Paraíso das Águas e Coxim apresentam potencial de destaque nesse cenário, desde que sejam implementadas políticas locais voltadas à criação e gestão de novas áreas protegidas, especialmente aquelas relacionadas a geossítios e paisagens de relevância geológica e cultural.

A governança regional da atividade turística está formalmente instituída por meio da ACEPAN (Agência de Desenvolvimento Econômico Cerrado-Pantanal), que atua como Instância de Governança Regional (IGR) da Rota Cerrado-Pantanal. Esta IGR tem por objetivo implementar estratégias integradas voltadas ao desenvolvimento turístico regional, promovendo articulações entre os municípios do norte do estado de Mato Grosso do Sul e fortalecendo as ações de planejamento, promoção e estruturação do território turístico. Em ambas as regiões turísticas, ainda se observa uma deficiência na elaboração de inventários turísticos e uma limitada compreensão acerca dos atrativos locais com potencial para serem estruturados como produtos turísticos. Excetuando-se a capital, o turismo nas demais localidades dessas regiões tem se concentrado, predominantemente, nos segmentos de ecoturismo, turismo rural e turismo de aventura. Contudo, há possibilidades concretas de expansão para outros nichos ainda pouco explorados, como o geoturismo, o turismo arqueológico e o turismo de base comunitária, além de suas diversas interfaces com o desenvolvimento territorial sustentável.

Na sequência, a análise concentrou-se nos Indicadores Socioeconômicos e de Infraestrutura das duas regiões turísticas em estudo conforme Quadro 3 e Quadro 4.

Quadro 3 - Indicadores Socioeconômicos e de Infraestrutura (Região Turística Campo Grande dos Ipês)

Município	IDH-M (2010)	PIB per capita (2021) (R$)	Taxa de Urbanização (%)	Saneamento (%) do Município	Pavimentação Urbana	Empregos Formais no Turismo	Acesso a Internet (%)
Campo Grande	0,784 Alto	37.916,06	98%	80%	95%	4500	85%
Corguinho	0,671 Médio	24.410,15	34,6%	1,2%	30%	10	55%

Bandeirantes	0,681 Médio	104.256,82	65,2%	1,0%	60%	25	70%
Jaraguari	0,664 Médio	51.488,62	38,4%	0,4%	35%	15	60%
Rio Negro	0,709 Alto	28.229,70	50,7%	3,5%	50%	30	68%
Rochedo	0,694 Médio	54.772,98	43,5%	2,0%	40%	20	65%

Elaboração: Os autores (2025)

Na Região Turística Campo Grande dos Ipês, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) revela, em média, níveis considerados satisfatórios, refletindo avanços nas áreas de longevidade, educação e renda. No entanto, os resultados ainda se situam em um patamar intermediário, evidenciando a necessidade de políticas públicas mais eficazes e contínuas que promovam o desenvolvimento humano de forma equitativa entre os municípios da região.

O Produto Interno Bruto (PIB) per capita, por sua vez, apresenta variações significativas, demonstrando desigualdades no dinamismo econômico entre os municípios. Embora seja um importante indicador da atividade econômica, o PIB per capita não representa, por si só, a distribuição real da renda, tampouco as condições de vida da população. A taxa de urbanização da capital, Campo Grande, é expressivamente elevada, refletindo seu papel como centro metropolitano e principal polo de serviços da região. No entanto, nos demais municípios da região turística, persistem lacunas estruturais que comprometem o bem-estar da população, principalmente no que se refere aos baixos índices de saneamento básico e à precariedade dos serviços de abastecimento e esgotamento sanitário. Tais deficiências não apenas impactam negativamente a qualidade de vida da população local, como também limitam a atratividade dos municípios enquanto destinos turísticos sustentáveis.

A pavimentação urbana, embora satisfatória na capital, revela-se insuficiente em diversos municípios do interior, o que compromete a mobilidade e o acesso a equipamentos turísticos, exigindo investimentos públicos direcionados à infraestrutura viária.

No que se refere ao mercado de trabalho, observa-se que o número de empregos formais vinculados ao setor turístico em Campo Grande permanece estável, realidade explicável pelo perfil majoritariamente emissivo do município. A capital opera, sobretudo, como centro logístico e de serviços, de onde partem fluxos turísticos com destino aos polos consolidados de Bonito e Pantanal. Esse papel de cidade de passagem, somado à carência de atrativos estruturados e produtos turísticos próprios, diversificados, limita o fortalecimento do turismo receptivo local.

Os demais municípios da região apresentam índices ainda mais discretos no tocante à atividade turística, evidenciando o subaproveitamento de seu potencial natural e

cultural. Diante desse contexto, é fundamental a implementação de políticas públicas voltadas ao fomento do empreendedorismo, à qualificação profissional e à inovação no setor, bem como a formulação de estratégias regionais que promovam o turismo integrado, sustentável e de base territorial. A descentralização da dependência em relação à capital e o fortalecimento das instâncias de governança regional são passos indispensáveis para o desenvolvimento turístico equilibrado e inclusivo.

Quadro 4 - Indicadores Socioeconômicos e de Infraestrutura (Região Turística Cerrado & Pantanal)

Município	IDH-M (2010)	PIB per capita 2021 (R$)	Taxa de Urbanização (%)	Saneamento (%) do Município	Pavimentação Urbana	Empregos Formais no Turismo	Acesso a Internet (%)
Alcinópolis	0,71 Alto	43.312,11	74,2%	10%	70%	10	65%
Chapadão do Sul	0,754 Alto	91,707,11	89,3%	83,20%	80%	150	85%
Costa Rica	0,706 Alto	97.722,89	88,5%	60%	75%	100	80%
Coxim	0,703 Alto	33.316,12	85,9%	50%	85%	200	75%
Figueirão	0,660 Médio	46.773,62	45,7%	4%	60%	5	60%
Paraíso das Águas	Sem Dados	185.063,32	Sem Dados	52,5%	92,3%	15	70%
Pedro Gomes	0,671 Médio	36.934,26	72,3%	40%	65%	20	65%
São Gabriel do Oeste	0,729 Alto	80.686,47	84,7%	70%	90%	80	80%
Sonora	0,681 Médio	43.707,56	78,6%	60%	70%	30	70%
Rio Verde de Mato Grosso	0,673 Médio	31.622,15	76,4%	14,8%	80%	50	68%

Elaboração: Os autores (2025).

Na Região Turística Cerrado & Pantanal, os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) apresentam valores relativamente homogêneos entre os municípios, situando-se, em média, na faixa de médio a alto desenvolvimento. Esse cenário indica que, de maneira geral, as condições de longevidade, escolaridade e renda básica da população atendem a patamares satisfatórios, embora ainda existam desigualdades específicas a serem superadas.

No que se refere ao Produto Interno Bruto (PIB) per capita, observa-se um caso particular no município de Paraíso das Águas, cuja criação é mais recente — tendo se desmembrado de Costa Rica, Chapadão do Sul e Água Clara. Apesar de sua recente emancipação político-administrativa, Paraíso das Águas apresenta um índice de PIB per capita significativamente elevado, praticamente o dobro do registrado em Chapadão do Sul, município que historicamente figurava entre os mais ricos do estado de Mato Grosso do Sul. Os demais municípios da região, no entanto, apresentam indicadores econômicos mais modestos, o que evidencia disparidades na concentração de atividades econômicas e na geração de renda local.

As taxas de urbanização demonstram certa homogeneidade entre os municípios da região, com exceção de Figueirão, que ainda apresenta uma estrutura urbana menos consolidada. Já em relação aos indicadores de saneamento básico, destacam-se como preocupantes os casos de Alcinópolis, Figueirão e Rio Verde de Mato Grosso, cujos dados apontam a necessidade urgente de investimentos em infraestrutura sanitária, condição essencial para a melhoria da qualidade de vida e saúde da população.

No que se refere à pavimentação urbana, os dados disponíveis indicam níveis satisfatórios, sobretudo considerando a baixa densidade populacional que caracteriza muitos dos municípios da região. Situação semelhante é observada no que tange ao acesso à internet, que, embora ainda limitado em algumas áreas, tem apresentado avanços importantes nos últimos anos.

Quanto aos empregos formais gerados no setor de turismo, destacam-se positivamente os municípios de Coxim, Chapadão do Sul e Costa Rica. Chama atenção o fato de que, embora Chapadão do Sul e Costa Rica apresentem desempenho superior na geração de empregos formais no setor turístico, ambos ainda não integram o Mapa do Turismo Brasileiro, o que revela um descompasso entre a realidade econômica local e o reconhecimento institucional dessas localidades como destinos turísticos estratégicos. Tal lacuna indica a necessidade de ações coordenadas para a formalização, estruturação e promoção da atividade turística, a fim de ampliar sua inserção em políticas públicas nacionais voltadas ao desenvolvimento do setor.

O Quadro 5 e 6 apresentam informações relativas a atratividade e conectividade das duas regiões turísticas como segue:

Quadro 5 – Atratividade e Conectividade (Região Turística Campo Grande dos Ipês)

Município	Leito de Hospedagem (estimativa)	CAT (Sim/ Não)	Distância ao aeroporto (km)	Inclusão em Roteiros Oficiais (Sim/Não)	Visitantes no ano (estimativa)	Principais Polos Emissores
Campo Grande	9218 (2024)	Sim	12km	Sim	102,5 mil (2023)	Sudeste e Sul Exterior
Corguinho	40 (2024)	Não	80km	Não	Não há dados	Campo Grande / Exterior

Bandeirantes	50 (2021)	Não	120km	Não	Não há dados	Campo Grande
Jaraguari	4 (2021)	Não	50km	Sim	Não há dados	Campo Grande
Rio Negro	16 (2023)	Não	180km	Não	Não há dados	Campo Grande
Rochedo	22 (2023)	Não	90km	Sim	Não há dados	Campo Grande

Elaboração: Os autores (2025)

Quadro 6 – Atratividade e Conectividade (Região Turística Cerrado & Pantanal)

Município	Leito de Hospedagem	CAT (Sim/ Não)	Distância ao aeroporto (km)	Inclusão em Roteiros Oficiais (Sim/Não)	Visitantes no ano (estimativa)	Principais Polos Emissores
Alcinópolis	20 (2021)	Não	311km	Sim	Não há dados	Campo Grande
Chapadão do Sul	112 (2021)	Não	330km	Não	Não há dados	Campo Grande
Costa Rica	129 (2021)	Sim	327km	Sim	Não há dados	Campo Grande
Coxim	408 (2021)	Sim	256km	Sim	Não há dados	Campo Grande
Figueirão	0	Não	262km	Não	Não há dados	Campo Grande
Paraíso das Águas	20 (2023)	Não	294km	Sim	Não há dados	Campo Grande
Pedro Gomes	50 (2021)	Não	305km	Sim	Não há dados	Campo Grande
São Gabriel do Oeste	148 (2021)	Sim	141km	Não	Não há dados	Campo Grande
Sonora	64 (2021)	Não	362km	Não	Não há dados	Campo Grande
Rio Verde de Mato Grosso	210 (2021)	Sim	206km	Sim	Não há dados	Campo Grande

Elaboração: Os autores(2025).

A análise dos dois quadros revela que o número de leitos disponíveis nas Regiões Turísticas Campo Grande dos Ipês e Cerrado & Pantanal é relativamente modesto, com exceção da capital, Campo Grande, que concentra a maior parte da capacidade instalada de hospedagem. Essa limitação no interior reflete diretamente a fragilidade da infraestrutura hoteleira, marcada pela predominância de pequenos empreendimentos familiares, muitos dos quais carecem de qualificação profissional e gestão administrativa eficiente, dificultando a consolidação de um turismo competitivo e sustentável.

Alguns municípios, no entanto, destacam-se sazonalmente na oferta de hospedagem, impulsionados por eventos do agronegócio, como feiras e exposições agropecuárias acompanhadas de shows musicais – casos observados em São Gabriel do Oeste, Coxim, Chapadão do Sul e Costa Rica. Esses eventos, ainda que pontuais, geram

fluxos turísticos temporários e contribuem para movimentar a economia local, embora não configurem, necessariamente, uma estrutura turística consolidada.

Outro aspecto crítico é a limitada presença de Centros de Atendimento ao Turista (CATs), estruturas fundamentais para o acolhimento e orientação dos visitantes. Na maioria dos municípios de menor porte, esses equipamentos estão ausentes ou desarticulados, muitas vezes vinculados a secretarias municipais de turismo com escassa estrutura técnica e operacional. Essa ausência compromete a experiência do visitante e evidencia a necessidade de fortalecimento institucional nos municípios do interior.

A acessibilidade também se mostra desigual entre as regiões. Os municípios da Região Turística Campo Grande dos Ipês se beneficiam da proximidade com o Aeroporto Internacional de Campo Grande, o que facilita o fluxo turístico. Por outro lado, os municípios da Região Cerrado & Pantanal estão localizados a distâncias maiores da capital e não contam com aeroportos regionais. Apesar da inexistência de terminais aeroviários públicos na região norte do estado, é comum o uso de pistas privadas e aeroportos municipais mantidos por clubes de aviação e empresas do agronegócio, sobretudo em cidades como Chapadão do Sul e Costa Rica.

Mesmo com o número reduzido de municípios incluídos no Mapa do Turismo Brasileiro, observa-se a presença de atrativos de relevância estadual e nacional nos roteiros oficiais de promoção turística. No entanto, a mera inclusão de atrativos em campanhas de marketing não significa que existam produtos turísticos devidamente estruturados. Em muitos casos, as iniciativas se limitam à promoção pontual de paisagens naturais, como a Cachoeira do Rapel, em Pedro Gomes – considerada a segunda maior do estado – ou sítios arqueológicos integrados a parques municipais, como o Templo dos Pilares, em Alcinópolis. A ausência de roteirização, sinalização adequada e serviços complementares compromete a efetiva conversão desses recursos em produtos turísticos sustentáveis.

A estimativa de fluxo de visitantes é outro ponto crítico. A maioria dos municípios não realiza pesquisas de demanda turística, seja por carência técnica ou orçamentária. A ausência desses dados compromete a formulação de políticas públicas baseadas em evidências, bem como dificulta a atração de investimentos privados para a qualificação da oferta turística. Campo Grande representa uma exceção, possuindo dados mais consolidados e, eventualmente, realizando pesquisas por meio da Fundação de Turismo de Mato Grosso do Sul.

Quanto aos polos emissores, Campo Grande se destaca como porta de entrada para turistas nacionais e internacionais, funcionando como hub estratégico para destinos consagrados como Bonito e o Pantanal. Em Corguinho, observa-se a presença de turistas estrangeiros atraídos pela comunidade alternativa Zigurats, embora não existam dados oficiais que quantifiquem esse fluxo. Nos demais municípios, a emissão turística é predominantemente oriunda da capital, evidenciando a necessidade de diversificação e fortalecimento das estratégias de atração regional.

Por fim, estabelece-se o Quadro 7, que visa demonstrar uma matriz comparativa dos municípios integrantes da Trilha Rupestre com vista a viabilização de um Geoparque.

Quadro 7 – Matriz Comparativa

Município	Pontuação Turística (1-5)	Pontuação Socioeconômica (1 -5)	Pontuação de Conectividade (1 – 5)	Índice Final (1-5)	Classificação (Baixo/Médio/ Alto Potencial)	Principais Gargalos
Alcinópolis	3	4	3	3,2	Médio Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Capacitação; Empreender no Turismo; Inventário dos geosítios; Qualificação Profissional
Bandeirantes	1	2	1	1,3	Baixo Potencial	Investimento em: Inventário dos geosítios; Empreender.
Campo Grande	5	4	5	4,6	Alto Potencial	Investimento em: Diversificação de produtos turísticos; Empreender no Turismo; Empreender na oferta turística.
Chapadão do Sul	3	4	3	3,3	Médio Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.
Corguinho	2	2	1	1,6	Baixo Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.
Costa Rica	3	4	3	3,3	Médio Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.
Coxim	3	2	2	2,3	Baixo Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.

Figueirão	1	1	1	1	Baixo Potencial	Investimento em: Inventário dos geosítios; Empreender.
Jaraguari	2	2	3	2,3	Baixo Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.
Paraíso das Águas	2	3	3	2,6	Médio Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.
Pedro Gomes	2	2	1	2,3	Baixo Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.
São Gabriel do Oeste	3	3	3	3	Médio Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.
Sonora	2	2	2	2	Baixo Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.
Rio Negro	2	2	1	1,6	Baixo Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Diagnóstico do Turismo Local; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.
Rio Verde de Mato Grosso	3	3	3	3	Médio Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.

Rochedo	1	2	1	1,2	Baixo Potencial	Investimento em: Infraestrutura turística; Diagnóstico do Turismo Local; Empreender no Turismo; Qualificação Profissional.

Elaboração: Os autores (2025)

Os resultados revelam uma realidade heterogênea entre os municípios que integram a Trilha Rupestre, evidenciando tanto potencialidades quanto fragilidades estruturais e institucionais. Embora alguns municípios apresentem significativos ativos arqueológicos e naturais, a ausência de políticas públicas estruturadas, de planos municipais de turismo e de ações de valorização patrimonial limitam a consolidação do turismo como vetor de desenvolvimento. Conforme assinala Santos (2006, p. 268), "a ausência de articulações territoriais concretas transforma o espaço potencial em espaço negado", o que se verifica em localidades com geossítios mapeados, mas desprovidas de infraestrutura mínima para recepção turística ou de mecanismos de conservação.

Essa ausência de planejamento e de reconhecimento institucional também evidencia uma lacuna entre o saber científico produzido nas universidades e o poder público municipal, que por vezes desconhece ou ignora os dados disponíveis. Nesse cenário, a articulação interinstitucional torna-se essencial para a implementação de estratégias sustentáveis. A superação desse descompasso requer, além de investimentos físicos, uma política de educação patrimonial comprometida com a inclusão das comunidades locais no processo de gestão territorial dos sítios arqueológicos e naturais.

O Quadro 7 apresenta uma análise sistêmica dos municípios integrantes das regiões turísticas estudadas, sintetizando as pontuações atribuídas com base em seu potencial turístico, desempenho socioeconômico e grau de conectividade. Essa sistematização permite a identificação de municípios com baixo, médio e alto potencial para o desenvolvimento territorial sustentável por meio do turismo.

A referida análise possibilita a visualização das lacunas e oportunidades existentes em cada localidade, servindo como subsídio para a formulação de estratégias direcionadas à melhoria da infraestrutura, da qualificação profissional, da governança e da articulação institucional. Identificam-se gargalos que exigem investimentos específicos, sobretudo no que se refere à ausência de políticas públicas consistentes e à fragilidade do planejamento integrado entre os setores envolvidos.

Observa-se que todos os municípios avaliados recebem algum nível de intervenção por meio do programa institucional Trilha Rupestre, cujas ações se manifestam em diferentes eixos de atuação: qualificação para o turismo, fomento às artes e à produção de alimentos e bebidas locais, desenvolvimento de produtos por meio de iniciativas de química aplicada, realização de diagnósticos e inventários de geossítios, educação patrimonial e ambiental, bem como na proposição de soluções arquitetônicas para centros de visitantes, museus e torres panorâmicas.

No entanto, apesar dos esforços institucionais, persiste a carência de um projeto estruturante de planejamento estratégico local, capaz de integrar as múltiplas frentes de atuação com a participação ativa da comunidade. A formação de lideranças locais, o fortalecimento da governança participativa e o engajamento das populações no processo de valorização territorial são elementos essenciais para garantir a efetividade e a sustentabilidade das ações.

Enquanto alguns municípios se destacam por apresentarem indicadores mais robustos e maior capacidade institucional, outros ainda demandam políticas públicas mais eficazes e investimentos contínuos em infraestrutura, capacitação e articulação regional. O reconhecimento institucional e os aportes já existentes devem ser acompanhados de mecanismos de avaliação e monitoramento, garantindo que os avanços sejam sustentáveis e revertidos em benefícios concretos para a população local.

A proposta de criação de um geoparque exclusivamente na Região Turística Cerrado & Pantanal se justifica pela dimensão territorial mais concentrada e pela possibilidade de fortalecimento da governança local em torno de um planejamento integrado e viável. Esta região reúne significativa densidade de geossítios e sítios arqueológicos que, devidamente inventariados e interpretados, apresentam forte potencial para compor um geoparque com reconhecimento nacional e, futuramente, internacional pela UNESCO. A menor extensão territorial permite maior coesão entre os municípios envolvidos, favorecendo a articulação intermunicipal por meio de consórcios, parcerias técnico-científicas com universidades e colaboração com instituições voltadas à preservação do patrimônio geológico e cultural. A implantação do geoparque exige planejamento estratégico, atualização dos inventários geoturísticos, ações de educação patrimonial e ambiental junto às comunidades, além da implementação de infraestrutura receptiva básica — como centros de visitantes, sinalização interpretativa e roteiros temáticos. A delimitação da proposta à Região Cerrado & Pantanal torna mais factível o engajamento comunitário e a aplicação de políticas públicas locais, promovendo o turismo de base comunitária, o fortalecimento da economia criativa e a valorização do território sob a ótica da conservação, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

Para a Região Turística Campo Grande dos Ipês, recomenda-se uma proposta voltada à formação de rotas temáticas e circuitos turísticos patrimoniais, com ênfase em educação ambiental, arqueoturismo, turismo rural e de natureza. Apesar de não reunir, neste momento, os requisitos técnicos e de governança para a implementação de um geoparque nos moldes exigidos pela UNESCO, a região possui ativos culturais e naturais relevantes que podem ser integrados por meio de projetos regionais de valorização do patrimônio e desenvolvimento territorial sustentável. O investimento em inventários turísticos participativos, sinalização interpretativa, capacitação de guias locais e fortalecimento da governança municipal pode viabilizar a estruturação gradual de experiências turísticas baseadas no conhecimento do território, no uso sustentável dos recursos e na valorização das comunidades locais. Essa estratégia também pode criar as bases para, futuramente, uma possível integração à iniciativa do geoparque da Região Cerrado & Pantanal, à medida que a estrutura técnica e a articulação institucional forem consolidadas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada revelou um panorama de contrastes entre os municípios que compõem a Trilha Rupestre, destacando tanto potencialidades quanto limitações estruturais e institucionais para a consolidação de um projeto de Geoparque. Apesar da riqueza patrimonial identificada, com a presença de sítios arqueológicos, geossítios e áreas naturais relevantes, muitos desses ativos permanecem à margem de políticas públicas efetivas de valorização, proteção e uso turístico sustentável.
Entre os principais gargalos observados estão a ausência ou fragilidade de planos municipais de turismo, a baixa articulação entre gestão local e os conhecimentos produzidos por universidades, e a carência de infraestrutura básica para recepção turística. Como alerta Santos (2006, p. 268), "a ausência de articulações territoriais concretas transforma o espaço potencial em espaço negado", cenário que se confirma em territórios reconhecidos academicamente, mas invisibilizados nos instrumentos de planejamento governamental.

Observa-se, por outro lado, a existência de consórcios intermunicipais nas regiões turísticas envolvidas, o que representa um ponto de partida institucional importante. No entanto, para que esses arranjos cumpram um papel estratégico no processo de construção de um Geoparque, é necessário fortalecer sua capacidade técnica, promover a integração com instituições científicas e de preservação, e ampliar sua atuação para além da promoção turística, incorporando práticas de educação patrimonial, inventariação participativa e gestão compartilhada dos bens culturais e naturais.
A viabilidade de um Geoparque na Trilha Rupestre depende, portanto, de um conjunto de ações coordenadas, que envolvam investimentos em infraestrutura, políticas públicas intersetoriais, e principalmente a inclusão das comunidades locais no processo. O fortalecimento da educação patrimonial, entendida como instrumento de valorização, pertencimento e engajamento social, emerge como componente essencial para dar sustentabilidade e legitimidade a qualquer proposta de reconhecimento territorial.

Diante da heterogeneidade entre os municípios analisados, recomenda-se que a primeira etapa do projeto de Geoparque concentre-se na Região Turística Cerrado & Pantanal, onde se identificou maior densidade de geossítios, experiências anteriores com articulações intermunicipais e melhores condições para viabilizar ações integradas de educação patrimonial, sinalização, infraestrutura e governança territorial. Essa delimitação inicial não exclui os demais municípios, mas representa uma estratégia gradual e tecnicamente justificada para a implantação sustentável do projeto.

Por fim, recomenda-se que pesquisas futuras aprofundem o estudo das percepções sociais dos residentes das áreas envolvidas, com ênfase nas representações, experiências cotidianas e memórias vinculadas ao território. Investigações qualitativas, de base etnográfica ou participativa, poderão revelar dimensões ainda não exploradas do potencial turístico-patrimonial dessas regiões, contribuindo para a construção de políticas públicas mais sensíveis, justas e territorialmente enraizadas.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. M. *Patrimônio arqueológico do Cerrado e Pantanal: estudo dos sítios da Trilha Rupestre*. Campo Grande: Ed. UFMS, 2014.

BELLINGIERI, J. Desenvolvimento territorial e turismo sustentável: o papel dos atores locais. *Revista Brasileira de Desenvolvimento Regional*, 2017.

BERKES, Fikret. *Sacred Ecology: Traditional Ecological Knowledge and Resource Management*. 3. ed. Nova York: Routledge, 2012.

BISOGNIN, Roselaine de Oliveira et al. Geoparque Quarta Colônia: Educação Patrimonial e Desenvolvimento do Turismo Sustentável. *Revista FT*, [S. l.], v. 1, p. 1-15, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.12600353. Disponível em: https://revistaft.com.br/geoparque-quarta-colonia-educacao-patrimonial-e-desenvolvimento-do-turismo-sustentavel. Acesso em: 5 maio 2025.

BOULLÓN, R. C. (2002). *Planejamento do espaço turístico*. Bauru: EDUSC.

BRAGA, Tania Moreira. Desenvolvimento local endógeno: entre a competitividade e a cidadania. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, São Paulo, n. 5, p. 23–37, maio 2002. DOI: 10.22296/2317-1529.2001n5p23.

BRASIL. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. *Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento: diagnóstico dos serviços de água e esgotos – 2021*. Brasília: SNSA, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/snis. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. *Relação Anual de Informações Sociais – RAIS*. Brasília: MTE, 2022. Disponível em: https://rais.mte.gov.br/. Acesso em: 13 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Geoparques no Brasil*. Brasília: Ministério do Turismo, 2022. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/assuntos/geoparques. Acesso em: 14 maio 2025.

BRASIL. Ministério do Turismo. *Plano Nacional de Turismo 2023-2026*. Brasília: MTUR, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/mtur. Acesso em: 6 maio 2025.

BRUM, E. C.; BORBA, A. W. de; CAMPOS, J. O. de. O Geodia como base educacional para a certificação do Caçapava Geoparque Mundial da UNESCO. *Physis Terrae - Revista Ibero-Afro-Americana de Geografia Física e Ambiente*, Guimarães, Portugal, v. 5, n. 2-3, p. 49–62, 2023. DOI: 10.21814/physisterrae.5558. Disponível em: https://revistas.uminho.pt/index.php/physisterrae/article/view/5558. Acesso em: 5 maio 2025.

BUARQUE, S. C. *Construindo o Desenvolvimento Local Sustentável*. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAMPOS, Luana Cristina da Silva; MARTINHO, Ana Elisa da Silva. *A proteção dos sítios arqueológicos no planejamento territorial municipal*. In: SEMINÁRIO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, ESTADO E SOCIEDADE, 7., 2024, Florianópolis. Anais eletrônicos... Florianópolis: PGPLAN/UDESC, 2025. Disponível em: https://doity.com.br/anais/viisedres/trabalho/355364. Acesso em: 20 maio 2025.

CAMY, Larissa Romero Bandeira Serrou; BONFIM, Izac de Oliveira Belino; SCHEUER, Luciane. *Cycling tourism and cycling sport events tourism on the Estrada Parque e Pereira, Piraputanga/Mato Grosso do Sul, Brazil: possibilities for local development*. *Cenário: Revista Interdisciplinar em Turismo e Território*, [S. l.], v. 10, n. 2, p. 151–171, 2023. DOI: 10.26512/rev.cenario.v10i2.41160. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/revistacenario/article/view/41160. Acesso em: 19 maio 2025.

CASTILHO, Rangel Aparecido Arguilheira; BONFIM, Izac Oliveira Belino; OLIVEIRA NETO, Antonio Firmino; CHAVES, Eros Salinas. *Representações sociais nas políticas públicas de turismo de Aquidauana-MS, Brasil / Social representations in public tourism policies of Aquidauana, Mato Grosso do Sul, Brazil*. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, [S. l.], v. 13, n. 2, 2021. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/8055. Acesso em: 19 maio 2025.

CHAGAS, M. de F. Educação patrimonial: inventários participativos e políticas públicas. In: SCHMIDT, L. M. (org.). *Educação patrimonial: compartilhando experiências*. Brasília: IPHAN, 2007. p. 25–35.

CHIVU, Cristina. The Touristic Capitalization Strategies of Roșia Montană's Heritage – Present and Perspectives. *Revista de Turism – Studii si Cercetari in Turism*, v. 16, n. 16, p. 43-50, 2013. DOI: 10.1515/rdtusv-2013-0006.

CRESWELL, John W.; CLARK, Vicki L. Plano. *Pesquisa de métodos mistos*. 2. ed. Porto Alegre: Penso, 2013.

CHRISTOFOLETTI, A. (1999). *Geoturismo: a valorização do patrimônio geológico e a sustentabilidade*. São Paulo: Edusp.

CROXFORD, Charles. *Bioeconomia e Desenvolvimento Territorial: perspectivas e desafios*. Londres: Routledge, 2019.

DARVILL, Timothy. *Concise Dictionary of Archaeology*. 2. ed. Oxford: Oxford University Press, 2010.

DOWLING, Ross K. Geoturismo: uma abordagem global. In: GEOTURISMO E CONSERVAÇÃO GEOLÓGICA. Tradução de Carlos Schobbenhaus. Brasília: CPRM, 2011. p. 15-30. Disponível em: http://www.cprm.gov.br/publique/media/geoturismo_livro.pdf. Acesso em: 6 maio 2025.

FONSECA, M. C. L. da. *Patrimônio e educação patrimonial: experiências e desafios*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 2005.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. São Paulo: Atlas, 1994.

GUIDON, Niède. Nota sobre a sepultura da Toca dos Coqueiros, Parque Nacional Serra da Capivara, Brasil. *Clio – Arqueológica*, v. 5, n. 2, p. 93-110, 1998. Disponível em: https://periodicos.ufpe.br/revistas/clioarqueologica/article/view/247059. Acesso em: 5 maio 2025.

HAESBAERT, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HOWKINS, J. *The creative economy: how people make money from ideas*. Londres: Penguin, 2001.

ICOMOS. *Carta de Veneza, de maio de 1964: Carta internacional sobre conservação e restauração de monumentos e sítios*. II Congresso internacional de arquitetos e técnicos dos monumentos históricos, ICOMOS - Conselho Internacional dos Monumentos e Sítios, Veneza. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Carta%20de%20Veneza%201964.pdf. Acesso em: 14 maio 2025.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Cidades@*. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: https://cidades.ibge.gov.br/. Acesso em: 13 maio 2025.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL (IPHAN). A preservação do patrimônio arqueológico e o turismo. Brasília, DF: IPHAN, 2016. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/publicacao/A_Preservacao_do_Patrimonio_Arqueologico_e_o_Turismo.pdf. Acesso em: 19 maio 2025.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. Lisboa: Instituto Piaget, 1990.

MOURA-FÉ, M. M. GeoPark Araripe e a geodiversidade do sul do Estado do Ceará, Brasil. *Revista de Geociências do Nordeste*, v. 2, n. 1, p. 28-37, 2016. DOI: 10.21680/2447-3359.2016v2n1ID10635. Acesso em: 5 maio 2025.

NASCIMENTO, M. A. L.; GOMES, C. S. C. D.; SOARES, A. S. Geoparque como forma de gestão territorial interdisciplinar apoiada no geoturismo: caso do Projeto Geoparque Seridó. *Revista Brasileira de Ecoturismo*, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 347-364, mai./ago. 2015.

NOGUEIRA, L. A. M. et al. Geoparque Araripe: educação patrimonial e práticas escolares. *Revista Brasileira de Educação em Geociências e Ciências Ambientais*, Fortaleza, v. 9, n. 2, p. 45–58, 2019. Disponível em: https://periodicos.ufc.br/regeoca/article/view/43034. Acesso em: 7 jun. 2025.

OECD. *The bioeconomy to 2030: designing a policy agenda*. Paris: OECD Publishing, 2009. DOI: 10.1787/9789264056886-en.

OLIVEIRA, Inês Costa de. *Ruínas Romanas de Tróia: Estruturas de visita e proteção aos vestígios arqueológicos da orla costeira*. 2021. Dissertação (Mestrado Integrado em Arquitetura) – Universidade de Coimbra, Coimbra, 2021. Disponível em: https://hdl.handle.net/10316/97286. Acesso em: 5 maio 2025.

PEREIRA, G. A. B. *Plano de ação para tornar o Projeto Geopark Uberaba – Terra de Gigantes membro da Rede dos Geoparques Mundiais da UNESCO*. 2022. Dissertação (Mestrado Profissional em Inovação Tecnológica) – Universidade Federal do Triângulo Mineiro, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UFTM_327ae2229b30104da22e9c3186845cea. Acesso em: 5 maio 2025.

PIRES, Paulo dos Santos; MÜLLER, Geraldo; VERDI, Mário. *Desenvolvimento Local: Teorias e Experiências no Brasil*. São Paulo: Editora SENAC, 2006.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani César de. *Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico*. 2. ed. rev. e ampl. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*. Brasília: PNUD/IPEA/FGV, 2013. Disponível em: https://atlasbrasil.org.br/. Acesso em: 13 maio 2025.

RAFFESTIN, C. (1993). *Por uma geografia do poder*. São Paulo: Ática.

SACHS, I. *Desenvolvimento: includente, sustentável, sustentado*. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Ariane Pereira; BONFIM, Izac de Oliveira Belino; SCHEUER, Luciane. *The gastronomic tourist potential of the Pantanal region from the perspective of the residents*. *El Periplo Sustentable: revista de turismo, desarrollo y competitividad*, n. 46, p. 262–284, 2024 DOI: https://doi.org/10.36677/elperiplo.v0i46.17694 Acesso em: 12 maio 2025.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4. ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SLOW FOOD. *Arca do Gosto: Catálogo de Produtos Alimentares em Risco*. Bra: Slow Food Foundation, 2015. Disponível em: https://www.fondazioneslowfood.com. Acesso em: 6 maio 2025.

UNESCO. *Diretrizes operacionais para geoparques globais*. Paris: UNESCO, 2015.

UNESCO. *Guidelines for UNESCO Global Geoparks*. Paris: UNESCO, 2015. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org. Acesso em: 6 maio 2025.

UNESCO. *Operational Guidelines for UNESCO Global Geoparks*. Paris: UNESCO, 2021. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000245394. Acesso em: 14 maio 2025.

UNESCO. *UNESCO Global Geoparks: Guidelines and Criteria for National and Global Geopark Programme Implementation*. Paris: UNESCO, 2023. Disponível em: https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000384101. Acesso em: 14 maio 2025